

Por hora, 4 meninas de até 13 anos são vítimas de estupro no Brasil

Em 2018, o Brasil teve recorde de registros de estupros: foram mais de 66 mil casos. Mesmo assim, crime continua sendo subnotificado e vítimas encontram pouco apoio de políticas públicas e da sociedade

(Observatório do Terceiro Setor, 15/10/2019 - acesse no site de origem)

Em 2018, o Brasil registrou 66.041 casos de estupro, o maior índice já registrado. As informações são da [13ª edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública](#).

São 180 estupros por dia, dos quais 81,8% das vítimas são mulheres e 53,8% tinham menos de 13 anos quando ocorreu o crime. Isso significa que o Brasil registra uma média de 4 estupros por hora contra meninas de até 13 anos.

Os estados com as maiores taxas de casos de estupro são: Mato Grosso do Sul (70,4), Paraná (60,8) e Rondônia (59,9). As taxas mais baixas estão na Paraíba e no Rio Grande do Norte, com 5,9 e 8,5, respectivamente.

Para Heloísa Buarque de Almeida, antropóloga e membro da Rede Não Cala! - Rede de Professoras pelo Fim da Violência Sexual e de Gênero da USP, os valores sociais fortalecem a culpabilização das vítimas.

“As mulheres nem sempre são vistas como vítimas, até mesmo as meninas menores de idade. Isso expõe um quadro de desigualdade moral. É a palavra dela que é contestada. Um reitor da USP uma vez comentou comigo: ‘Mas elas se dão ao respeito?’ ”.

Segundo a [Pesquisa Nacional de Vitimização](#) (Crisp/UFMG), de 2013, do total de vítimas de ofensas sexuais nos 12 meses anteriores à pesquisa, apenas 7,5% deram queixa do corrido à polícia.

A pesquisa também apontou que 52,4% das mulheres têm medo de serem vítimas de violência sexual, e que 63,3% das mulheres que foram vítimas deste tipo de violência conheciam o agressor.

A defensora pública do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulher ([NUDEM](#)) na Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPE-SP), Nálida Coelho Monte, pondera sobre a dificuldade de denunciar casos de violência sexual.

“Na maioria dos casos, elas passam por uma nova agressão: a social. Elas evitam as denúncias porque sabem que terão sua palavra contestada”.

O NUDEM atende casos individuais de mulheres vítimas de violência, oferecendo atendimento jurídico e encaminhando essas mulheres para outros serviços, como assistência social e apoio psicológico.

Devido ao choque e às ameaças do agressor, muitas vítimas não reagem na hora do estupro.

Mesmo assim, muitos esperam sempre encontrar marcas e traços físicos da violência para acreditar que ela realmente aconteceu.

“Isso restringe ainda mais as denúncias. O fato de elas não terem marcas físicas evidentes da violência não significa que elas estão mentindo”, esclarece Nálida.

O papel da mídia na culpabilização das vítimas

Para a antropóloga Heloísa Buarque de Almeida, a mídia tem um papel fundamental na construção de uma narrativa que culpa as vítimas.

“O corpo feminino é sexualizado tanto na mídia como na publicidade. Apesar das mudanças no cenário, a mídia ainda vende uma imagem de mulher-objeto, que, de certa forma, fortalece comportamentos violentos contra elas”.

Atuando na contramão desta narrativa, a [Agência e o Instituto Patrícia Galvão](#) buscam divulgar dados e informações sobre os direitos das mulheres de forma feminista.

“A falta de informação dificulta que se alcance a punição. A violência de gênero é naturalizada na sociedade, e acaba por reforçar um sistema de impunidade”, comenta a diretora de conteúdo e editora da agência, Marisa Sanematsu.

Além de divulgar conteúdos externos, por meio da agência, o instituto desenvolve e apresenta dossiês sobre a violência contra a mulher, e portais completos com um banco de fontes e dados sobre o tema.

Marisa esclarece que os trabalhos do Instituto Patrícia Galvão visam apontar as lacunas no acompanhamento destas violências, e como isso prejudica o trabalho de diversos setores e o funcionamento das políticas públicas.

“É necessário ter dados, levantamentos. A subnotificação é fruto do medo, da vergonha e do julgamento que acompanha as denúncias. É inadmissível a vítima se sentir culpada. Nada justifica uma violência”.

Para ela, a imprensa “reforça a narrativa de que, se a mulher saiu bêbada da balada, então ela é a responsável por tudo o que acontecer. Mas isso não deve ser usado para justificar um abuso”.

A idealização da figura do agressor

O comportamento violento masculino é naturalizado na sociedade, que não enxerga a mulher como um sujeito de direito, segundo a antropóloga social Heloísa Buarque de Almeida.

“Quem agride não percebe a agressão. É fundamental ter uma educação sexual para que se perceba que aquilo que eles acham divertido, que veem como uma brincadeira, é na verdade uma violência”.

Heloísa, que também é professora do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (FFLCH-USP), leva as discussões de gênero para o ambiente universitário. “Já recebi relatos de alunas que sofreram violência física e sexual do próprio companheiro dentro da moradia universitária”.

Ela enxerga com preocupação as tentativas de retirar a educação sexual das escolas. “Discutir gênero nas escolas é fundamental. É dar confiança para a criança conhecer os limites do próprio corpo. Educação sexual é um direito”.

Dados do [Ministério da Saúde](#) apontam que entre 2011 e 2017 foram notificados 184.524 casos de violência sexual no país. No total, 58.037 (31,5%) foram contra crianças, e 83.068 (45%) contra adolescentes. Isso significa que em 76,5% de todos os casos as vítimas tinham menos de 18 anos. Entre as crianças vítimas de violência sexual, 51,2% tinham entre 1 e 5 anos de idade.

Os dados do 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública mostram que cerca de 75,9% das vítimas possuíam algum grau de vínculo com o agressor, podendo ser parentes, companheiros e/ou amigos.

“Ainda está no imaginário popular aquela visão de um agressor com máscara, escondido em uma rua deserta à noite, quando na verdade são casos diários que ocorrem no ambiente íntimo, doméstico”, esclarece a defensora pública do Estado de São Paulo, Nálida Coelho Monte.

A defensora relata que muitas mulheres que buscam o NUDEM não sabem quais são os seus direitos.

“Elas não conseguem diferenciar uma violação de direitos de uma ação dentro de um relacionamento saudável. Outro problema é em relação ao aborto. Muitos locais que realizam o atendimento [nos casos permitidos por lei] dificultam o acesso, devido a valores morais pessoais”.

A Lei [12.845](#) garante desde 2013 o atendimento integral e gratuito no Sistema Único de Saúde (SUS) às vítimas de estupro sem a necessidade de apresentar um boletim de ocorrência para receber o atendimento. O aborto em caso de estupro é garantido pelo Código Penal desde 1940.

Mapa do Acolhimento

Após o caso de um estupro coletivo no Rio de Janeiro em 2016, um grupo de mulheres se uniu para pedir justiça. Em meio à dor, surgiu o [Mapa do Acolhimento](#).

A proposta do Mapa é unir mulheres que sofreram algum tipo de violência pelo Brasil a uma rede de psicólogas e advogadas voluntárias de forma gratuita, e mapear locais pelo Brasil que prestam algum tipo de atendimento às vítimas.

“Nosso objetivo era formar uma rede de solidariedade. Só no primeiro ano de funcionamento do Mapa, cerca de 400 mulheres pediram ajuda”, revela Larissa Schmillevitch, psicóloga e integrante do Mapa do Acolhimento.

Atualmente, mais de 5 mil mulheres estão cadastradas na rede, que conta com 2,5 mil voluntárias, e outros 4 mil pedidos de voluntariado.

O Mapa mantém parceria com as redes públicas de saúde para direcionar as mulheres que pedem ajuda em regiões em que não há voluntárias, ou quando não encontram nenhum serviço na região em que vivem.

“Nosso trabalho é um ato político, porque estamos tentando combater uma violência que está na estrutura da nossa sociedade”, comenta Larissa.

A plataforma atua com o sigilo de dados das mulheres que buscam esse suporte. “Muitas temem ser reconhecidas se buscarem ajuda nas regiões em que vivem. Em cidades pequenas, elas relatam que têm que conviver com o agressor”.

Larissa aponta a importância do acolhimento e da busca por suporte psicológico. “Algumas já se sentem acolhidas com um e-mail ou mensagem. Elas precisam ter sua história ouvida. Sem o apoio psicológico tudo fica mais difícil depois”.

Precisa de ajuda?

A [cartilha](#) ‘Quanto Custa a Violência Sexual contra as meninas?’, da Plan International Brasil, explica o que pode ser considerado violência sexual e como denunciar.

Caso você seja de São Paulo, pode buscar um dos serviços listados abaixo:

Assistência policial

1ª Delegacia de Defesa da Mulher (DDM)
Rua Dr. Bittencourt Rodrigues, 200 - Parque Dom Pedro
(11) 3241-3328 ou (11) 3241-2263
atendimento 24h, todos os dias.

Assistência Jurídica

NUDEM - Núcleo de Defesa da Mulher
Rua Boa Vista, 103 - Centro
(11) 3101-0155, ramal 233 ou 238

GEVID - Grupo de Atuação Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica
Av. Dr. Abraão Ribeiro, 313, Barra Funda - 1º Andar - Rua 6 - Sala 1-531 Telefone/FAX (11)
3429-6474/3429-6475
E-mail: gevidcentral@mpsp.mp.br
Horário de funcionamento: 11h às 19h

Por Mariana Lima

[Em tempos extremos, precisamos falar sobre violência e sexualidade infantil, por Bernardo Machado](#)

O combate à violência sexual infantil avançou muito, com novas leis, criadas desde a

publicação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), que coibiram práticas e promoveram direitos dessa população. Entretanto, nos últimos anos, os ânimos sociais atingiram patamares efervescentes em controvérsias públicas como a chamada “ideologia de gênero”, o caso do Queermuseu ou a recente ação da prefeitura do Rio de Janeiro para retirar de circulação uma revista em quadrinhos que continha o beijo entre dois homens adultos vestidos. Nesses casos, as vozes se exaltaram e termos muito distintos como “violência”, “abuso”, “sexualização”, “sexualidade” e “pedofilia” passaram a ser usados como sinônimos. Ainda que o assunto gere controvérsias, precisamos, enquanto sociedade, tratar seriamente do tema e estabelecer parâmetros adequados para a discussão.

[\(Bernardo Machado - UOL, 15/10/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Se hoje essa conversa soa quase impossível, vale resgatar um período - entre os anos 1990 e a primeira década do século XX - em que se realizou um debate comprometido sobre o assunto, chegando inclusive a consensos. Neste texto, apresentarei brevemente os acordos firmados, os significados de termos centrais e, por fim, os pontos de discordância e de tensão que incomodam.

As concordâncias

No Brasil, até o final do século XX, o estupro contra crianças e adolescentes não era definido como uma criminalidade particular, mas enquadrado como uma “ofensa” à honra ou à pessoa. No Código Penal de 1890, por exemplo, o assunto aparecia sob o título “dos crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias e do ultraje público ao pudor”. O delito de defloramento - descrito como “deflorar mulher menor de idade, empregando sedução, engano ou fraude” no art. 267 do CP/1890 - acometia justamente o bem jurídico tutelado, não a pessoa em si, mas a honra da família. Por esse motivo, a pena era anulada caso o ofensor viesse a se casar com a vítima e restaurasse a dignidade familiar. Já no Código Penal de 1940 (até hoje vigente), houve uma inflexão na descrição das ofensas sexuais. Na legislação, o bem jurídico protegido tornou-se a liberdade sexual da pessoa, definida como a capacidade do sujeito de agir livremente segundo seus próprios desejos.

Com a Constituição de 1988 - e a legislação dela derivada -, criaram-se mecanismos específicos para tratar da violência sexual contra a criança. Se antes a violência era entendida como um problema relacionado à desigualdade entre homens e mulheres, no final do século XX, ela passou a ser vista muito mais como uma questão relacionada à desigualdade entre crianças e adultos, conforme explica a antropóloga Tatiana Landini. O Estado, a família e a sociedade tornam-se responsáveis por proteger as crianças e os adolescentes contra todas as formas de exploração e de abuso sexual.

Nos anos seguintes, presenciamos o crescimento da preocupação com essa população. Houve, inclusive, um esforço suprapartidário de tipificar e detalhar condutas para estabelecer novas percepções de crimes sexuais. Por exemplo, entre 2008 e 2010, a CPI da Pedofilia se dedicou a investigar e apurar a utilização da internet para a prática de crimes de pedofilia e a relação desses com o crime organizado. O grupo de trabalho era bastante diverso em termos de composição partidária, com senadores/as do PR, DEM, PMDB, PSDB, PT, PSB, PCdoB, PRB, PP e PTB. Na ocasião, participaram, ainda, Policiais Federais, membros dos Ministérios Público Federal e Estaduais e ONGs. Embora tenham existido embates e discordâncias, estabeleceu-se um acordo legislativo, jurídico e social para coibir a violência sexual contra crianças e adolescentes.

Como resultado da preocupação acumulada em duas décadas, em 2009, a Lei 12.015 revogou o crime do atentado violento ao pudor e criou o delito de estupro de vulnerável (art. 217-A do atual Código Penal). O objetivo era evitar que decisões judiciais relativizassem a violência e validassem o consentimento da pessoa menor de 14 anos.

Se durante um período de quase duas décadas, a arena para diálogo se manteve aberta; nos últimos anos, a comunicação se interrompeu. Antes de discutir essas questões, é preciso definir alguns termos centrais.

Os conceitos

A antropóloga Laura Lowenkron fez um esforço fundamental ao definir as diferenças entre abuso e exploração sexual infantil e pedofilia.

Segundo ela, a categoria abuso sexual infantil foi formulada dentro do universo dos estudos da psicologia e da psicanálise. O termo dá ênfase na assimetria de poder – pela diferença de idade e de experiência – e no dano psicológico do ato decorrente. O fundamental é que o consentimento sexual da criança não é considerado válido, ela é um “objeto” da satisfação do desejo alheio e nunca um sujeito.

Já a expressão exploração sexual infantil evidencia a mercantilização do corpo, a sua colocação em uma situação de mercado e a condição passiva das crianças ou adolescentes que se envolvem nessas atividades. Enquanto o termo “abuso” se refere a atos isolados ou interações sexuais interpessoais, a palavra “exploração” remete a redes de pessoas e condutas. Assim, o conceito evita responsabilizar a criança e a/o adolescente escapando de uma acusação moral que os classificaria como “promíscuos”.

A pedofilia é, talvez, a palavra mais empregada pelas pessoas, mas de forma pouco precisa. A origem remonta a psiquiatria e se refere a uma modalidade de “perversão sexual”, caracterizada pelo foco do interesse sexual em crianças pré-púberes (geralmente com 14 anos ou menos) por parte de indivíduos com 16 anos ou mais que sejam ao menos cinco anos mais velhos que a criança. Nesse sentido, segundo o Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders V (2013), para qualificar o distúrbio, o abuso deveria durar um período mínimo de seis meses. O conceito, ao tratar da violência sexual contra a criança, desloca a ênfase do sofrimento da criança para as características psicológicas do pedófilo, ou seja, a anormalidade e a perversidade do adulto.

Na própria CPI da Pedofilia, houve uma discussão para definir qual seria a categoria mais adequada, como conta Lowenkron. Estava em pauta o processo de nova tipificação do crime do antigo “atentado violento ao pudor” contra crianças. O senador Magno Malta defendia o uso do termo “estupro mediante pedofilia”, mas a maior parte dos integrantes defendia que pedofilia seria uma doença e não um crime e, por isso, sugeriu-se o nome “estupro contra criança”. O senador Magno Malta defendia o uso do termo “estupro mediante pedofilia”, mas a maior parte dos integrantes defendia que pedofilia seria uma doença e não um crime e, por isso, sugeriu-se o nome “estupro contra criança”. Prevaleceu o argumento de que era preciso enfatizar não a patologia de um indivíduo, mas sim a responsabilidade da sociedade e do bem jurídico tutelado – a dignidade da criança.

Alguns aspectos da discordância

As rugas e controvérsias contemporâneas decorrem, em parte, da confusão de tais conceitos e da associação direta entre sexualização infantil, sexualidade das crianças e pedofilia. Há pessoas que sugerem os termos serem sinônimos. É preciso cuidado.

Por sexualização infantil, entende-se o ato de atribuir - por meio de gestos, roupas, ou comportamentos - atitudes sexuais a crianças sem que isso corresponda a práticas. Recentemente, o apresentador Silvio Santos esteve no centro do debate exatamente por esse motivo. Em setembro, o programa realizou um concurso de beleza que dispôs, para avaliação, meninas de 9 e 10 anos trajando maiô. A exposição, em rede nacional, jogava luz justamente a partes dos corpos dessas crianças de modo bastante problemático.

Esse tipo de exposição não corresponde a práticas sexuais, que dizem respeito a atos envolvendo carícias íntimas entre pessoas - no programa de Silvio Santos não houve nenhum ato sexual. Mesmo assim, é possível inferir que uma sexualização infantil autoriza, mesmo que indiretamente, violências sexuais com crianças. Nesse caso, o adulto que realiza práticas sexuais com crianças ou adolescentes pode ser denominado como pedófilo - a depender de uma avaliação psicológica/médica.

Por fim, um aspecto totalmente diferente dessa discussão diz respeito à sexualidade das crianças. As pessoas, ao longo de sua infância e adolescência, começam a entender e experimentar seus desejos e atrações. É comum que um menino pergunte para a mãe se pode casar com ela ou uma menina pergunte para o pai se pode ser sua esposa. A curiosidade sobre sua sexualidade leva a esse tipo de colocação. Será durante a fase de formação que algumas crianças irão dar as mãos, beijar os rostos, perguntar sobre suas genitálias e assim por diante. É um processo de compreensão de sua sexualidade.

As primeiras questões a respeito da orientação sexual ocorrem, inclusive na adolescência ou ainda na infância. A orientação sexual refere-se aos desejos afetivos e sexuais das pessoas por pessoas de outro gênero (heterossexuais), do mesmo gênero (homossexuais), de ambos (bissexuais) ou de nenhum (assexuais). É grave quando um discurso assume que qualquer menção a sexualidade das crianças corresponde a violação sexual ou pedofilia. Como dito, são aspectos muitíssimo distintos.

Me parece que os grandes dilemas sociais mais recentes - como a proibição da história em quadrinhos na Bienal do Rio de Janeiro, a disputa em torno do Queermuseu, o debate a respeito da "ideologia de gênero" - esbarram nas definições e indefinições desses muitos termos. Tratarei dessas questões em detalhe em colunas futuras. O debate precisa existir, mas deve ser travado de forma responsável, evitando o excesso de adjetivos, de caricaturas e de desinformações que andam ativas nas redes sociais e nas palavras de autoridades.

Por Bernardo Machado

Ela atende vítimas de estupro no IML, de bebês de dias a senhora de 80 anos

Em dez anos como médica legista do IML (Instituto Médico Legal) de São Paulo, aconteceu uma vez de Mariana da Silva Ferreira, 40, pensar em desistir. Foi depois de atender, em 2011, uma menina de três anos com a fralda encharcada de sangue. Ela tinha que fazer um laudo pericial para dizer se havia indícios de estupro. “A criança tinha lesões genitais tão graves que, quando vi a situação, meu mundo caiu. Fui para o banheiro chorar.” A menina havia sido violentada pelo vizinho de porta da família, uma pessoa a quem a mãe confiava a filha quando precisava sair de casa.

(Universa, 30/09/2019 - acesse no site de origem)

“Pensei comigo: ‘Chega, não volto mais’.” Fez uma carta de exoneração e apresentou à direção do IML. Estava prestes a deixar o cargo, mas uma pergunta insistia em ecoar na sua cabeça: “Por que tanta criança?”. Queria saber por que a maioria das vítimas que atendia tinham menos de 12 anos. Desistiu de desistir. Encontrar uma resposta se tornou sua obsessão.

Começou a tratar as pacientes “como pessoas, não como casos”, colocou adesivos da Turma da Mônica na sala de perícia e passou a distribuir balões, anéis de plástico, “como os de festa infantil”, e pirulitos aos pequenos. E fundou uma entidade para prevenção da violência sexual, a Pródigs, por meio da qual dá palestras e cursos de capacitação e divulga material informativo. Também criou, no primeiro semestre de 2019, um curso de mesmo tema na Academia de Polícia Civil de São Paulo — é a primeira vez que a instituição trata do assunto no treinamento dos policiais do estado.

Nesses dez anos, contabiliza 4.000 perícias de sexologia forense. A paciente mais jovem tinha sete dias de vida. Em uma mesma semana, chegou a atender um bebê de seis meses e uma senhora de 80 anos, ambas vítimas de estupro. “É um trabalho que me faz por em xeque a fé nas pessoas porque está na minha mão, para eu examinar, o resultado do pior que um ser humano pode fazer.”



“Apesar de haver muitos casos de estupro de menores, vejo mais abertura para discutir o assunto e menos tolerância das pessoas aos crimes”

No IML em que trabalha, situado no Hospital Pérola Byington, na capital paulista, trabalha 40 horas semanais, intercalando plantões. Atende muitas garotas violentadas sexualmente por pais e padrastos, lida com familiares negligentes e pericia mulheres arrasadas por violações de todo tipo. Afirma que a porcentagem de pacientes do sexo feminino segue os números das pesquisas sobre estupro: cerca de 70% a 80% dos casos.

“Como você consegue?”, é a pergunta que mais escuta. “É como diz o dependente químico: um dia de cada vez”, responde. E, ao lembrar que seu incômodo não chega aos pés da devastação que um estupro faz na vida de uma vítima, dá sentido ao seu trabalho: “Se entrou comigo, é a pessoa mais importante do mundo naquele momento. É a minha maneira de ajudá-las”.

Estupro de crianças: uma epidemia brasileira

O Brasil vive uma trágica epidemia de violência sexual contra menores. Segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019, uma menina de até 13 anos é estuprada a cada 15 minutos. Um estudo inédito do Instituto Sou da Paz que será divulgado nos próximos dias mostra que, enquanto estupro em geral caíram 2,5% no primeiro semestre de 2019 em relação ao mesmo período de 2018, os registros do crime contra vulneráveis (menores de 14) subiram 1%.

Apesar dos dados e de conviver diariamente com a realidade chocante que os números representam, Mariana consegue ter seu lado otimista. “Acho que estamos em um momento de transição: apesar de haver muitos casos, vejo mais abertura para discutir o assunto e menos tolerância das pessoas aos crimes”, diz. “O curso que dou na Academia de Polícia, por exemplo, não existiria há alguns anos. Não era um tema para o qual se dava atenção.”

Pela Pródigs, ela conta, já deu palestras em salão de prédio, escola, universidade e igreja. “Tem muita gente querendo aprender. Depois das aulas, sempre recebo mensagens e emails

dizendo: ‘Conseguimos denunciar, o agressor foi preso’.”

“Quando Damares assumiu, pensei que teria potencial em relação à prevenção”

Mariana tinha esperança de que, ao assumir o cargo, a ministra Damares Alves, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, pudesse apresentar propostas para resolver o problema. “Vi o depoimento dela contando que também foi abusada, é chocante. Pensei que, por já ter vivido isso, seu governo teria muito potencial em relação à prevenção.”

Mas o que observou foi não só a falta de políticas públicas voltadas ao tema, mas também um projeto que poderia piorar ainda mais a situação das vítimas. “Quando soube da notícia do ensino domiciliar, aquilo me arrepiou inteira. A maioria dos abusos acontece dentro de casa, todas as estatísticas provam isso. Então é deixar a criança à mercê do abusador.”

Pais estupram, mães são negligentes: quem mais denuncia é a escola

Pais, padrastos, tios, avôs e amigos da família são, na maioria das vezes, os autores da agressão. A mãe que vê isso vai direto denunciar, certo? Não, pelo contrário. Mariana explica que percebe resistência para o que o tema saia do seio familiar. “A família prefere esconder e resolver entre eles, é como se denunciar fosse trazer uma vergonha para todos. Escuto muito que não querem expor o cara nem destruir a família”, diz. “Aí pergunto: que família?”

Certa vez, conta, recebeu três garotas, entre 7 e 15 anos, encaminhadas para perícia durante investigação após uma denúncia anônima. Sobre a de 15, a mãe disse: “Ela já é grande, sabia o que estava fazendo”. Os abusos aconteciam há meses, e tanto mãe quanto avó sabiam que o pai estuprou as três filhas por dois anos.

partir da própria experiência, Mariana vê na escola a chave para combater a violência sexual infantil. “A criança passa tempo lá, os professores conhecem o comportamento dela e podem notar mudanças, veem um desenho, têm tempo para conversar”, diz. “Por isso, é tão importante falar de sexualidade infantil em sala de aula.”

Educação sexual é ensinar a criança a fazer sexo?

“Quando falamos de sexualidade infantil, logo associam com ensinar a criança a ter relações sexuais. Não tem nada a ver”, diz a médica. “Educação sexual é explicar que a região íntima é uma parte do corpo onde ninguém pode fazer carinho, um adulto não pode passar a mão nem colocar a boca e, se isso acontecer, precisa contar para a mamãe.”

Pós-graduada em sexualidade humana pela USP (Universidade de São Paulo), o que lhe dá o título de sexóloga, Mariana usa as táticas de conversa dentro de casa. “Esses dias um dos meus filhos veio me dizer que ‘brincaram’ com o ‘pipi’ dele na escola. Fiquei nervosa na hora. Aí ele falou que foi uma amiguinha da mesma idade. Graças a Deus! Percebi que o pedido de que ele me contasse se alguém tocasse nele estava dando certo.”

Mariana diz ainda que há, sim, um prazer em tocar os órgãos sexuais por parte dos pequenos. “Mas não é o prazer sexual. Costumo relacionar com colocar cotonete no ouvido: é uma sensação gostosa, que não tem a ver com sexo.”

“Laudo negativo não é prova de que não houve estupro”

A médica conta como fica aflita em casos em que o laudo pericial dá negativo, ou seja, quando não há nenhuma marca física que prove o crime. Em muitas investigações, não há preocupação em colher outras provas, e a perícia acaba sendo decisiva.

O problema, diz, é que estupradores de menores seguem um padrão: os primeiros abusos não costumam deixar lesões. “Começam com passadas de mão, sexo oral. No geral, eles não deixam lesões, pois sabem que serão pegos”, diz.

Para explicar melhor o problema, ela relembra um de seus casos. “Uma garota de 21 anos chegou aqui contando que era estuprada desde os seis pelo padrasto. Ainda criança, depois de uma denúncia anônima, passou por uma perícia, que deu negativa. O caso foi arquivado”, diz. “O padrasto pegou uma cópia do laudo e a garota dizia lembrar dele balançando o documento no rosto dela: ‘Viu? Deu negativo. Agora você vai virar a mulher da casa’. Foi quando começaram as penetrações.”

Aos 12, a garota fugiu de casa. E, aos 21, fez a denúncia porque ficou sabendo que o mesmo homem, agora, estava abusando das sobrinhas.

Estuprador de criança não é monstro nem doente

Mariana é taxativa: quem violenta uma criança não é um “monstro”, como se costuma falar. “São pessoas agradáveis, de quem todos gostam, e tem uma imagem positiva na comunidade”, diz.

Ela ainda explica que abusadores não são, necessariamente, pedófilos, como dita o senso comum. “Apenas 20% dos agressores têm diagnóstico da doença. Dizer que é um doente é fazê-lo se beneficiar legalmente”, afirma, referindo-se à possibilidade de pessoas com doenças mentais serem consideradas inimputáveis, ou seja, não poderem ser punidas criminalmente.

“Denuncie. Se não der em nada, denuncie de novo. E de novo”

Há algumas maneiras de denunciar um abuso infantil. Uma delas é o Disque 100. O número do governo federal é um canal que recebe denúncias anônimas e repassa a órgãos competentes, como conselhos tutelares e Ministério Público. Também é possível procurar diretamente o conselho tutelar local ou qualquer delegacia.

“Já escutei de vítimas adultas violentadas na infância: ‘Todo mundo sabia, e ninguém fez nada’. É triste demais”, diz Mariana. “Por isso, minha orientação é: denuncie. Tem gente que diz que não dá em nada, mas eu respondo: denuncie de novo e de novo. Não pare de denunciar. Quem se omite também comete um abuso.”

Por Camila Brandalise

42% das crianças e adolescentes que sofrem abuso sexual são vítimas recorrentes

72% das pessoas estupradas são menores; 18% têm até 5 anos, mostra levantamento inédito com dados do Ministério da Saúde

(Folha de S. Paulo, 30/09/2019 - acesse no site de origem)

A família de Anne até hoje não sabe o que lhe aconteceu na infância. Ela só contou para amigas próximas, anos depois, e agora à **Folha**.

“Preferia que fosse por mensagem mesmo, se não se importar. Ainda não fico muito confortável em falar disso em voz alta”, escreveu ela à reportagem. Tinha 8 anos e vivia no Rio de Janeiro quando um tio inventou uma “brincadeira”. “Não podia contar nada para ninguém, se não perdia o jogo”, diz. Foi abusada sexualmente.

Aos 12, aconteceu de novo. “Um amigo da família me fazia sentar no colo dele e abusava de mim. Nessa época, já tinha um senso básico sobre esse assunto e saía correndo dele.” “Eu nunca delatei os dois homens que abusaram de mim, praticamente ninguém sabe disso”, diz.

Criança, menina, abusada em casa por algum parente ou conhecido. Anne compõe o perfil da maior parte das [vítimas de violência sexual](#) no país. E também faz parte de um outro grupo numeroso: os que sofreram a agressão mais de uma vez.

Dados inéditos do Ministério da Saúde obtidos via Lei de Acesso à Informação e tabulados pela **Folha** mostram que, a cada dez crianças e adolescentes que são atendidos no serviço de saúde [após sofrerem algum tipo de violência sexual](#), quatro já tinham sofrido esse tipo de agressão antes. Os dados são de 2018.

Essa proporção pouco se altera quando comparada a anos anteriores, o que, segundo estudiosos, revela o caráter permanente do abuso infantil.

As informações levantadas pela reportagem são do Sinan (Sistema de Informação de Agravos de Notificação).

Toda vez que uma criança ou adolescente (até 19 anos) recebe atendimento em um serviço de saúde por ter sofrido algum tipo de agressão (física, sexual ou psicológica, entre outras), o estabelecimento é obrigado a notificar o caso às secretarias de saúde. O mesmo ocorre com qualquer vítima de violência sexual, independentemente da idade.

Essas informações compõem o Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA/SVS/MS), do Ministério da Saúde, e são usadas pelo governo federal para identificar epidemias. A pasta divide a violência sexual em cinco subcategorias: estupro, assédio sexual, pornografia infantil, exploração sexual e outros. O estupro consta na maior parte dos registros.

A base de dados mostra que uma a cada três pessoas vítimas de violência sexual é uma menina de 12 a 17 anos.

Considerando meninos e meninas, a maior parte dos registros de violência sexual (72%), recorrentes ou não, aconteceu contra pessoas que tinham até 17 anos. Dentro desse universo, chama a atenção a violência sexual contra crianças de até 5 anos (18% das notificações) e de 6 a 11 anos (22% do total).

Essas agressões ocorrem mais em casa (68%), e têm o pai (12%), o padrasto (12%) ou outra pessoa conhecida (26%) da criança como abusador.

“O número de casos de estupro feito por aquela coisa do desconhecido malvado é muito baixo”, diz Itamar Gonçalves, da ONG Childhood Brasil.

Para Jeniffer Luiz, da Fundação Abrinq, esses casos são em “locais [de difícil percepção](#), no ambiente mais íntimo. Por isso, é importante que as famílias saibam quais sinais podem despertar em crianças vítimas de violência sexual”.

As crianças que sofreram abuso podem manifestar mudanças bruscas de comportamento, depressão e atitudes sexuais inadequadas, entre outros comportamentos.

“É preciso [trabalhar isso na escola](#). A criança tem que saber que seu corpo é um santuário. Que se alguém tocar, pode ter algo errado”, afirma.

Gonçalves diz que a educação sexual tem que ser como a de qualquer outra área da educação e compara a ensinar a atravessar a rua.

“A gente diz que a criança deve olhar os dois lados, esperar o sinal verde e dar a mão a algum adulto. Não vejo diferença disso para a educação sexual. Ensinar quais são as partes privadas do corpo, o que pode ou não ser exposto, em quem você pode confiar. Estou prevenindo um acidente em casa como previno um acidente de trânsito.”

O levantamento mostra também que, enquanto a maior parte das vítimas meninas são adolescentes, entre os meninos predominam casos com vítimas de até 11 anos.

Para Gonçalves, pode entrar aí outros fatores: rapazes adolescentes vítimas de abuso têm medo de denunciar e serem estigmatizados como homossexuais. “Às vezes a classificação acaba entrando como violência física e o abuso não é reconhecido.”

Em 2017, o governo federal aprovou a chamada Lei da Escuta Protetiva, que diminui ao mínimo possível a quantidade de vezes que a criança vai relatar o abuso, a fim de evitar que ela reviva o sofrimento.

Regulamentada no ano seguinte, ainda há desconhecimento por parte de tribunais.

“A criança chega ao conselho tutelar, e o conselheiro faz uma série de perguntas para entender o que aconteceu. Mas não é atribuição dele fazer esse interrogatório. Aí encaminha ao Creas [Centro de Referência Especializado de Assistência Social], e o assistente social faz ela relatar de novo a situação do abuso. Quando chega ao Judiciário, que é quem tem que lidar com isso em termos de responsabilização criminal, a criança já foi ouvida sete, dez vezes. E, em cada vez, ela é revitimizada”, diz Jennifer Luiz.

O desconhecimento e [distanciamento do Judiciário](#) leva a outros problemas. Luiz recorda-se de um caso em que a Justiça tirou a guarda da criança de um pai abusador, mas a entregou ao avô, que vivia no quintal da mesma casa.

A reportagem analisou 1,4 milhão de notificações recebidas de 2014 a 2018. Os dados mostram também que os registros de violência física contra crianças e adolescentes vêm crescendo.

O número não inclui as crianças e jovens mortos, que não são objeto do mesmo tipo de notificação —como o recente caso da menina Ágatha Félix, 8, no Rio.

O Datasus mostra que 12.101 pessoas de até 19 anos foram assassinadas no Brasil em 2017 (números mais recentes na plataforma), média de 33 por dia.

Há também alto índice de subnotificação, mesmo com a obrigação legal do registro —o que significa que o número de casos de violência contra crianças e adolescentes pode ser ainda mais alto.

Isso acontece por uma série de fatores. Primeiro, há estados que enviam dados ao Ministério da Saúde só de atendimentos em hospitais públicos, enquanto outros incluem atendimentos na rede privada.

Além disso, segundo especialistas que atuam na área, há uma resistência de agentes de saúde em fazer a notificação, que deveria ser compulsória, para não terem que testemunhar em casos que vão à Justiça, por exemplo.

Dados levantados por órgãos de saúde, como é o caso do Sinan, tendem a ser mais confiáveis que os de sistemas de segurança pública, alimentado pelas polícias.

Isso acontece porque é alto o índice de subnotificação de casos de violência doméstica e de violência sexual, já que existem episódios em que as vítimas temem denunciar seus agressores.

Mas informações de ocorrências policiais também trazem um elemento alarmante. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública aponta que houve 66 mil registros de estupros no país no ano passado.

A primeira vez que Anne, do começo da reportagem, falou sobre os abusos que sofreu foi aos 17 anos, a uma amiga. “Hoje em dia eu não sofro muito mais com isso porque consegui entender que nada disso foi culpa minha, que eu era só uma criança e não tinha noção nenhuma do que estava acontecendo”, diz. Ela ainda carrega algumas sequelas, afirma, como dificuldade de se relacionar com homens.

E por que decidiu falar com a reportagem? “Vai ajudar pessoas que passaram pelo mesmo a verem que é possível superar, que não é culpa delas e que isso não define suas histórias ou seus futuros.”

COMO IDENTIFICAR E PARAR O ABUSO SEXUAL

Possíveis sinais em crianças e adolescentes

- Comportamento sexual inadequado
- Mudanças de comportamento, como agressividade, ansiedade, vergonha ou pânico,

principalmente em relação a uma pessoa ou local

- Mudanças de hábito, como sono, falta de concentração e aparência descuidada
- Queda na frequência ou rendimento escolar
- Problemas causados por estresse, como dor de cabeça, vômitos e dificuldades digestivas
- Proximidade excessiva de parentes ou conhecidos à criança
- Silêncio diante de segredos mantidos com pessoas mais velhas
- Baixa autoestima, depressão, automutilação ou tentativa de suicídio
- Marcas de agressão, sangue ou corrimento na calcinha, doenças sexualmente transmissíveis ou gravidez

O que fazer se notar sinais

- Explique à criança que ela não deve manter segredos com pessoas mais velhas
- Interrompa o contato entre ela e o possível abusador
- Ouça e acolha a criança, não questione seu relato
- Mostre empatia, mas não pânico ou espanto; isso pode assustá-la ainda mais
- Leve-a a uma avaliação e tratamento especializados
- Denuncie

Quem procurar

- Disque 100 (encaminha o caso a órgãos competentes em 24 horas)
- Centros de Referência de Assistência Social (Cras ou Creas)
- Instituto Sedes e outras clínicas conveniadas com a Prefeitura de SP, que integram o serviço de proteção à criança e ao adolescente (SPSCAVV)
- Serviços de saúde, como UBSs e até pronto-atendimento
- Delegacias especializadas (da mulher ou da infância e juventude)
- Conselho Tutelar
- Ministério Público

Fontes: Childhood Brasil, Abrinq e especialistas

METODOLOGIA

Foram retirados registros duplicados a partir de combinações de informações idênticas na base de dados. Registros marcados como violência autoprovocada e sem indentificação do sexo da vítima também foram excluídos. Em um único registro pode haver mais de um tipo de violência sexual. A faixa etária analisada seguiu os parâmetros do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente)

Por Marina Gama Cubas e Thiago Amâncio

Damores culpa mulheres ao dizer que

problema é calcinha, diz juíza

Para Elinay Melo, que atua no Marajó, fala de Damares atribuindo exploração sexual infantil à “falta de calcinha” culpabiliza a vítima e ignora a miséria e a ausência do Estado

(Agência Pública, 24/09/2019 - acesse no site de origem)

O Marajó é um dos lugares apontados pela rede de proteção à infância com os mais altos índices de violência sexual contra crianças e adolescentes, ainda que esses dados atualizados ainda não existam oficialmente. Apenas na “CPI da Pedofilia”, realizada entre 2008 e 2010 em todo o Pará, mas com foco maior no arquipélago, a projeção foi de cerca de 100 mil casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, 20% deles com crianças de até 5 anos. Dados da Pnud de 2013 (última disponível) já apontavam que somente dois dos 16 municípios do arquipélago, Soure e Salvaterra, tinham Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) considerado médio. Entre os outros, sete tinham IDH baixo e outros sete, muito baixo. Um deles, Melgaço, tinha o pior do país.

Foi em Melgaço que, em 2016, houve um flagrante que resultaria na primeira – e única até agora – decisão judicial que responsabilizou uma empresa de transporte marítimo pela exploração sexual de crianças e adolescentes nas balsas de carga. A sentença emblemática da juíza do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região Elinay Melo, que também é membro da Associação Juízes para a Democracia, foi premiada no Concurso Nacional de Decisões Judiciais e Acórdãos em Direitos Humanos, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Nela, a juíza cita o descumprimento de várias normas – a começar pelo fato de as balsas serem destinadas ao transporte de cargas, não de passageiros – e responsabiliza a empresa pelos crimes cometidos contra crianças e adolescentes ocorridos naquele ambiente. De acordo com o flagrante que deu origem a esse processo, ao se aproximar de barco de uma balsa cheia de caminhões, com várias pequenas canoas atracadas, os policiais viram várias crianças pularem no rio. Ainda assim, a diligência encontrou uma menina de 9 anos e uma de 18, escondidas debaixo dos caminhões com uma mochila com preservativos e gel lubrificante, como conta a juíza nesta entrevista à Agência Pública, lembrando que crianças em situação de extrema vulnerabilidade são muitas vezes exploradas sexualmente em troca de alimento, óleo diesel, caderno, roupa. “É uma colonização do corpo. Elas são vistas como coisas.”

Sobre as declarações da ministra Damares Alves, de que o problema da violência sexual contra crianças e adolescentes no Marajó estaria relacionado à “falta de calcinha”, a juíza é taxativa: “Ela mais uma vez culpabiliza a vítima, repassa para a vítima e para as famílias que estão naquela condição de extrema vulnerabilidade, de ausência total do Estado e de condições mínimas de vida, a responsabilidade pela violência”.

O que a senhora achou da declaração da ministra Damares, que associou a violência sexual cometida contra as meninas do Marajó a uma suposta “falta de calcinha”? Ela sugeriu fazer uma fábrica de calcinhas e, depois, uma agência de turismo para melhorar a situação. Qual é sua opinião sobre esse olhar do ministério dos Direitos Humanos para o Marajó?

Eu acho que a fala da ministra tem dois problemas muito graves: primeiro que ela mais uma vez culpabiliza a vítima ao dizer que o problema está na calcinha, repassa para a vítima e para

as famílias que estão naquela condição de extrema vulnerabilidade, de ausência total do Estado e de condições mínimas de vida, a responsabilidade pela violência. Reforça a cultura do estupro e, mais uma vez, culpa a vítima, não só a menina, mas a família também. E a outra coisa é quando ela diz que queria fazer uma fábrica de calcinhas. Ela quer levar investimentos para o Marajó para fazer uma fábrica. É mais uma vez um olhar equivocado porque você não pode ir lá uma vez e voltar decidindo o que eles precisam. Eles são os atores, eles têm que dizer o que precisam. Precisamos ouvi-los e, juntos, chegarmos a uma proposição. Lá existem comunidades tradicionais que vivem de uma determinada forma. A gente aqui da Amazônia já vive diferente de quem vive em São Paulo, e eles vivem de maneira totalmente diferente de mim. Não posso chegar lá com ideias prontas. A fábrica de calcinhas é o exemplo claro do colonizador chegando lá e dizendo pro colonizado o que ele tem que fazer. É uma coisa fora da realidade do Marajó. Vocês foram lá e viram. A gente precisa de muitas coisas antes de uma fábrica de calcinhas. E o turismo, se tiver responsabilidade social, tudo bem. Mas vai ter? Será que não vai trazer ainda mais problemas? E, mais uma vez, essa situação volta para a mídia de uma forma distorcida. É preciso recompor isso. Porque, mais uma vez, eles ficam estigmatizados. Eu trago isso na minha dissertação de mestrado, sobre a autoestima do povo. Eu fiz entrevistas em Melgaço, que é onde as meninas sobem nas balsas. E é muito recorrente essa fala de que a mídia foi lá, se aproveitou das informações, se aproveitou deles e utilizou como quis. Quando a gente soube que Damares vinha, já imaginava que seria ruim, mas não imaginava que seria tão horrível.

Existe uma culpabilização das famílias nos casos de exploração sexual nas balsas, mas, como diz a irmã Henriqueta [referência no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes no estado Pará e coordenadora da Comissão Justiça e Paz da CNBB], só quem sente fome entende a real situação ali, né?

A minha história com a questão das meninas que estão em exploração sexual é mais ou menos a seguinte: eu sempre tive um olhar mais progressista como juíza do trabalho, sou amiga do juiz Jônatas Andrade, muito conhecido [pelo] enfrentamento ao trabalho escravo, e ele fazia parte de dois conselhos, a Comissão Estadual de Erradicação ao Trabalho Escravo (Coetrae/PA) e o Conselho de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que trata também da questão da proteção à criança e ao adolescente. Ambos vinculados à Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos. Ele é do interior e pediu que eu ficasse como suplente. Eu comecei a participar das reuniões, e tem a Conatrae [Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo], que é nacional, começou no governo Lula, e teve uma boa atuação até o governo Dilma. Aqui no Pará, o governo era do PSDB, a comissão funcionava dentro da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos e tinha uma boa atuação. Mas agora o governo do estado foi pro MDB, que deu a secretaria para o PSL. A secretaria está morta, a gente não ouve mais falar de nada. Muita coisa boa que a gente fez, infelizmente, não está mais vendo frutos. Mas, em uma dessas reuniões sobre tráfico de pessoas, a pauta era o Marajó: a questão das crianças de uma forma geral, abuso, exploração. E a irmã Henriqueta falou especificamente sobre as meninas que sobem nas balsas e, em troca de sexo, recebem óleo diesel, alimento, dinheiro, principalmente nessa região entre Melgaço e Breves, em que a distância entre as margens é menor. Então, as balsas desaceleram e elas podem atracar as canoas e subir nas embarcações. Eu já tinha escutado a história das meninas balseiras - hoje a gente sabe que elas não gostam de ser chamadas assim porque é um termo pejorativo. Passados uns dias, caiu na vara em que eu trabalho um processo do Ministério Público do Trabalho [MPT] contra uma empresa que tinha tido um flagrante em que as crianças tinham subido na balsa. O MPT fez um longo trabalho de conscientização das empresas, de que as crianças não podem subir porque são menores, porque estão desacompanhadas de responsáveis, aquelas embarcações não são de

passageiros, elas são só de transporte... É um contrato para transporte de carga, de caminhões, por exemplo. Para economizar, eles levam os caminhoneiros, mas não era para eles estarem dentro das embarcações, a empresa deveria pagar passagem. Aí é um grande bordel a céu aberto, aí se aproveitam das meninas nessas condições. A combinação explosiva desses homens com a extrema pobreza. Não é pedofilia. Tem que ver a cultura do estupro, do machismo, do se apropriar do corpo da mulher como uma coisa. Aí caiu esse processo aqui comigo e eu tinha que emitir uma liminar. Tinha sido feito todo esse trabalho de conscientização e tinha o flagrante dessa embarcação com as crianças dentro. Eu disse que, dentro do meio ambiente do trabalho, era um descumprimento, um prejuízo para a tripulação, porque várias normas estavam sendo descumpridas e a empresa tinha uma responsabilidade social, não poderia ter deixado que as crianças subissem. Ficou comprovado que tinha uma menor de idade desacompanhada com preservativos etc. Uma menina de 9 anos e outra menina de 18, que com certeza começou antes e, naquele momento, já maior de idade. Elas foram encontradas debaixo do caminhão. A polícia viu, veio da margem para a embarcação e, quando chegou, várias crianças pularam, mas essas [duas] não conseguiram pular. Aí pegaram uma mochila com preservativo, gel. A menina menor extremamente arisca. E isso é uma característica da exploração sexual: a menina acha que tem o direito de decidir, quando a gente sabe que a vontade dela está viciada e aquela situação de extrema vulnerabilidade leva a “querer” isso. O sonho dessas meninas é conhecer um caminhoneiro, casar e ir embora dali. Que tirem elas de lá. O príncipe é o caminhoneiro que vai na balsa. E como eu já tinha escutado sobre isso pensei: “Não vou fazer uma decisão feijão com arroz, vou pesquisar, vou colocar dados e informações”. Foi isso que eu fiz. Aí, quando saiu, era algo que o MP do Trabalho já estava aguardando, a CNBB já estava aguardando, esses órgãos de proteção estavam aguardando. A decisão teve uma grande repercussão regionalmente por conta dessa necessidade, porque foi a primeira vez que uma empresa foi condenada dessa forma, por dano moral coletivo etc. O processo se encontra na fase de execução. A empresa é de famílias que sempre atuaram nesse ramo e agora faliram, mas a gente sabe que têm dinheiro e está executando. A Clínica de Direitos Humanos, que estuda as decisões judiciais para ver se elas estão cumprindo os direitos fundamentais, estudou a decisão e ela ganhou também um concurso de decisões emblemáticas em direitos humanos do CNJ em 2017. A partir daí eu comecei a estudar mais a temática. Quando eu fui decidir, vi o trabalho de uma delegada do Rio Grande do Sul que tinha as mesmas características. Essa coisa da menina achar que ela que está decidindo, não querer ajuda, a forma como a sociedade encara aquela realidade, tudo isso se vê no Marajó, mas também no Rio Grande do Sul. Por quê? É a ausência de políticas públicas, a ausência do Estado, de educação de qualidade, de saúde, de oportunidade. O direito a sonhar o futuro negado. Eu fui em uma escola no furo, na comunidade Antônio Lemos. Quando eu cheguei em Melgaço, tudo que eu achava sobre trabalho infantil joguei por água abaixo. Eu já tinha um trabalho de justiça e cidadania nas escolas, mas chegar lá e dizer “você acham que criança precisa estar na escola?”. Como eu vou dizer isso? Se eles precisam comer? É muito difícil. A gente foi em três juízes. Conversamos com eles nas salas, perguntei quem vinha de mais longe, e era um menino que pegava duas horas e meia de barco para chegar na escola. Tem criança que sai de casa sem comer e, quando chega na escola, não tem merenda escolar. Quando tem, é uma base alimentar que não tem nada a ver com a dela. Enlatados, feijoada, carne de lata. A merendeira disse que, quando vem alguma coisa boa, é um mingau ou um suco artificial. Eu perguntei: “O que vocês querem ser quando crescerem?”. De 20 crianças, apenas uma levantou a mão. Ela disse: “Professora”. Ainda perguntei: “Ninguém quer ser médico? Engenheiro? Nada?”. Eles riram e ficamos assim. Aquela cena ficou na minha cabeça. Eles não sonham. É tirado tudo dessas crianças. É uma vida tão sofrida, tão dolorosa... A professora disse: “Vêm uns livros pra cá que não têm nada a ver com a realidade deles.

Semáforo. Eles nunca viram um semáforo”. Não vem nada da realidade local. É muita ausência. Eu, pra ir lá, gastei R\$ 500 porque fui dois dias: R\$ 250 cada dia. Quem tem isso pra ir denunciar violência? E vai denunciar pra quem? Cheguei na zona urbana, as mulheres do Conselho Tutelar, evangélicas, com umas naturalizações horrorosas sobre as vítimas. “Elas usam shortinho, elas se oferecem...” Não tem energia elétrica. Uma das coisas fundamentais pra isso começar a mudar é chegar a energia elétrica nesses lugares. Porque uma das coisas que eles usam como moeda de troca é o óleo diesel. Pro barco, pro motor, pra bater o açai, pra ter uma televisão, uma geladeira. A questão da energia elétrica é séria, grave, tem que ser olhada. Ao invés de dizer que vai levar uma empresa de turismo, leva energia elétrica!

As escolas a que a gente foi também não tinham energia elétrica, não tinham nem as lâmpadas nem ventilador, nada.

Pois é. Eu entrevistei uma professora que morou em Capinal e deu aula em uma escola chamada Jarbas Passarinho. Tem mais de 400 alunos inscritos. Ela contou que, quando foi morar lá, conheceu o marido, que era vigia na escola. O furo divide Breves de Melgaço. Ele era de Breves. Ela disse que com o tempo conheceu a família dele e que todas as cunhadas subiam nas balsas. Uma delas tinha três filhos, cada um de um homem da balsa. Ela disse que todas subiam. E que as crianças não subiam mais por causa do Bolsa Família. E contou que depois de um tempo, quando ela criou intimidade com as cunhadas, elas disseram que as crianças, quando são pequenas, sobem e descem da balsa no mesmo dia, mas quando elas viram adultas, qual é o sonho delas? É fixar com um, que as chame de namorada. Quando elas fixam com um, vão até o fim da viagem e voltam. Ou ficam em situação de prostituição por vários dias. Tem famílias que levam as filhas, as esposas. Eu tentei perguntar desde quando isso acontece, mas não consegui essa resposta. Uns dizem que desde sempre; outros dizem que depois que a economia arrefeceu isso piorou... Essa professora disse que, também na escola, percebia que as meninas conversavam sobre isso no recreio. E percebia mudança de vestuário. Meninas que às vezes iam descalças pra escola. Ela fez amizade com uma de 9 anos que pedia pra sair mais cedo pra ir vender açai na balsa pro pai, vender camarão na balsa. Aí um dia ela chamou a menina e perguntou o que tanto ela ia fazer na balsa, e ela disse: “Professora, é que eu tenho um namorado na balsa”. A mulher começou a chorar contando que a menina voltava com caderno, com roupa, com mochila, com coisas que não tinham nada a ver com o local. Uns vasos de flores, coisas que não eram da região para presentear a professora.

E eles já vão para a balsa com essas coisas então, né?

Exatamente! Eles vão para essa troca. É um escambo.

É uma colonização do corpo.

É uma colonização do corpo. Elas são coisas. É isso que a sociedade tem que entender, que elas são vistas como coisas.

É muito perverso que eles já sobem com coisas para trocar pensando na exploração sexual dessas meninas...

Pra trocar por frango, por carne, biscoito. Coisas que não tem na região. O capital, quando chega, ele devasta. É o consumo. A gente quer coisas. É a juventude, o lugar, a fome, a miséria, a falta de perspectiva. Essa professora me disse que as meninas conhecem o motor das balsas: “Lá vem fulano”. Elas conheciam o barulho de cada barco, sabiam mais ou menos em que data iriam passar e que vinha fulano naquela balsa. Tanto que lá em Breves tem uma

tese de dissertação que fala no uivo das balseiras, que é isso de elas ficarem na beira do rio aguardando esse “namorado” vir. E como isso passa pela sociedade patriarcal, que reforça que a única forma de mudar de vida é através de um homem que vai te tirar da miséria? Eu, quando fui pra lá a última vez, me apaixonei por um menino loirinho do olho claro. E a irmã Henriqueta disse: “Tu viste como são as crianças? Porque os caras são do Sul”. As crianças não têm as características das nossas da região amazônica.

Eu imagino que isso também tenha relação direta com o tráfico de pessoas, não?

Claro! Quem está em uma situação de vulnerabilidade vai ser vítima de toda a cadeia: do abuso, da exploração, do tráfico de pessoas, do trabalho escravo. Muitas meninas vão para o exterior. Tem um caso de uma menina que enlouqueceu. O caso está na Justiça Federal porque a mãe não desistiu dela. É um caso muito emblemático. Uma menina de Melgaço. Ela foi traficada e a mãe não desistiu de procurar pela filha. A menina enlouqueceu. É preciso um amparo depois, psicológico, psiquiátrico, para reestruturar essa menina. Mas o Estado é ausente no antes, no durante e no depois. Elas voltam e não têm emprego, ficam estigmatizadas. E nós precisamos entender como falar com os homens, também.

As empresas estão olhando para isso?

Nesse processo, a gente ainda está na fase de execução, os R\$ 500 mil serão revertidos para alguma coisa na região, o MP do Trabalho vai procurar onde investir. Mas essa foi a única empresa responsabilizada até hoje.

Já teve mais denúncia?

Ainda não. Precisa de elementos probatórios, e o que aconteceu nesse caso foi um flagrante. A gente tem uma deficiência no sistema de justiça como um todo. Sem inquérito, as outras coisas não vão. Não tem investigador, não tem delegado, promotor fica respondendo por muitas comarcas, e sem esses atores não tem retorno pra sociedade. A gente fica trabalhando no varejo. O juiz vai se preocupar com o que está acontecendo no furo Tajapuru? Não vai. Em Melgaço, a polícia não tem barco! Os defensores públicos são muito atuantes, mas é muita demanda. Às vezes as pessoas não têm certidão de nascimento, carteira de identidade. As pessoas nem sabem que elas têm direitos. Os tripulantes foram absolvidos nesse processo, na justiça criminal, por falta de provas. Eles foram presos, mas não tinha o IML [Instituto Médico Legal] e o exame tem que ser feito por órgão oficial. Que órgão oficial? O médico local fez o exame na criança e a criança tinha vestígios de conjunção carnal diferente da vaginal. Antigamente, no Código Penal tinha que o estupro era só na vagina. Isso foi retirado há muito tempo, mas eles ainda têm isso na cabeça, e elas são violadas pelo ânus. Crianças de 9 anos.

A senhora conhece alguém que esteve com a Damares no Marajó?

O dom Azcona esteve com ela na primeira vez. Ele é bispo emérito no Marajó. Foi convidado para aquela primeira comitiva. Aí saiu aquela fala dela e a CNBB fez uma nota dizendo que não concordava. Ele está muito preocupado, dizendo que foi usado. Ele achou que precisava dialogar com esse governo, porque é o que está aí, mas esse governo tem más intenções.

Quais intenções você acha que a ministra tem com o Marajó?

Acho que é de internacionalização do Marajó. E outra intenção que se diz, porque Damares já foi a segunda vez, teria a ver com o fato de que, no Marajó todo, Bolsonaro perdeu. Estão

falando que é para filiação ao PSL. Porque ano que vem já tem eleições municipais. Tem essa questão política e também as forças que movem esse governo tem outro olhar para essas questões ambientais, uma defesa de que as atuações que foram feitas no governo do PT só trouxeram mais miséria e que, então, o caminho é trazer empresas de fora. Quem tem tanto interesse na Amazônia? E o projeto de poder deles passa pelas igrejas evangélicas, é a forma que eles têm de capilarização. Nesses lugares do Marajó em que a gente vê uma ausência total do Estado, se ela botar uma igreja evangélica em cada lugar, vai dar uma desgraça.

Por Andrea DiP


Educação sobre sexualidade e gênero previne violência sexual, diz especialista

Ensinar e debater nas escolas sobre sexualidade e gênero, para além dos aspectos biológicos, pode contribuir de forma eficaz para a redução da violência sexual contra crianças e adolescentes. A afirmação é da doutora em educação Maria América Ungaretti, representante no Brasil da Rede Ecpat (sigla em inglês para Fim da Prostituição Infantil, Pornografia Infantil e Tráfico de Crianças para Propósitos Sexuais), uma coalizão de organizações da sociedade civil que trabalha para a eliminação da exploração sexual de crianças e adolescentes.

[\(Agência Brasil, 17/05/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

Ela defende a educação sobre sexo e gênero nas escolas e considera um retrocesso o aumento da polêmica e das críticas a essa formação.

“Na hora que eu crio uma criança, desde pequenininha, sabendo o que é sexo, o que é sexualidade, qual é o direito que ela tem, você vai preparar essa criança para que, em qualquer abordagem que ela sofra, indicando para um uso indevido do seu corpo, ela reage, não aceita. Muitas vezes a criança confunde, acha que aquilo é afeto, carinho. Se ela tem controle do seu corpo e sabe o que podem fazer com o corpo dela ou não fazer, evidentemente que você vai contribuir para uma redução [da violência sexual]”, afirma.

 *Crianças que recebem educação sexual estão mais preparadas para rejeitar abusos, diz Maria América Ungaretti/Elza Fiúza/Agência Brasil*

Para Maria América, a “vivência ampliada da sexualidade”, exemplificada nas pessoas homossexuais, travestis ou transexuais, é um avanço da sociedade moderna na “construção do uso do seu corpo para o prazer”. Mas, segundo ela, o tema ainda é reprimido nas escolas.

“As escolas estigmatizam e reprimem todos os adolescentes que querem viver a sexualidade diferentemente. No meu ponto de vista é um retrocesso o que estão impedindo. E é uma questão religiosa”, diz, em referência à influência das igrejas na formação da sexualidade.

Outras medidas

Maria América participou hoje (17) do Seminário de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, em alusão ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, comemorado amanhã (18). Ela defendeu ainda que o Estado integre as áreas de saúde, educação e assistência social para fortalecer a garantia de direitos sexuais e de gênero.

No seminário também foram apresentados casos de boas práticas de enfrentamento à violência sexual. Um deles é o Centro de Atendimento ao Adolescente e à Criança (Caac), da Delegacia de Atendimento à Criança e ao Adolescente Víctima (Dcav), que atende as vítimas dentro do Hospital Souza Aguiar, no Rio de Janeiro, e grava as entrevistas para serem usadas posteriormente em juízo. A medida evita a revitimização da criança, ao evitar que tenha que repetir a história de agressão para a Justiça, como preconiza a lei 13.431, publicada no mês passado, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.

O 18 de maio foi instituído como Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes pela lei 9.970/2000, em homenagem à menina Araceli, de 8 anos, que foi sequestrada, violentada e cruelmente assassinada no Espírito Santo no dia 18 de maio de 1973.